

HABEAS CORPUS Nº 490.267 - PR (2019/0019904-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RAFAEL GLUCHOWISKI ALVES
ADVOGADO : RAFAEL GLUCHOWISKI ALVES - PR081958
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : NELIO CESAR GOULART DA CRUZ (PRESO)

DECISÃO

NELIO CESAR GOULART DA CRUZ, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em seu direito a locomoção, em face de decisão monocrática proferida por Desembargador relator do **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** que indeferiu o pleito de urgência no HC n. 0001187-61.2019.8.16.0000.

Consoante informações acostadas no parecer Ministerial, verifico que, após a impetração do presente *writ*, o mérito do habeas corpus originário foi julgado em 11/2/2019.

Desse modo, ao sobrevir novo título judicial – o julgamento colegiado do feito pela instância *a quo* –, que eventualmente poderá ser impugnado mediante nova impetração, é forçoso concluir pela prejudicialidade deste habeas corpus.

Nesse sentido:

[...]

- O óbice previsto na Súmula n. 691/STF, segundo o qual "não compete ao STF conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do relator que, em 'habeas corpus' requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar", somente pode ser superado em hipóteses de flagrante constrangimento ilegal, o que não se verifica nos presentes autos, tendo em vista a fundamentação proferida pelo Relator no Tribunal de origem.

- A superveniência do julgamento do mérito do habeas corpus impetrado perante o Tribunal a quo prejudica o writ aqui impetrado, tendo em vista que essa nova decisão substitui o decisum que indeferiu a liminar, cabendo, portanto, à defesa, uma nova impugnação aos fundamentos apresentados no acórdão.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 287.171/ES, Rel. Ministro **Ericson Maranhão** (Desembargador Convocado do TJ/SP), 6ª T., DJe 12/12/2014)

[...]

1. Esta Corte possui entendimento no sentido de que não é cabível habeas corpus com natureza coletiva. A inexistência de cenário fático-processual comum inviabiliza a concessão da ordem, tendo em vista que cada um dos pacientes detém uma situação concreta específica, sendo a única identidade entre eles o fato de serem menores sujeitos a medida socioeducativa de internação.

2. Não se verifica existência de hipótese excepcional de flagrante ilegalidade, apta a superar o disposto no enunciado da Súmula 691 do STF.

3. A superveniência do julgamento do mérito do habeas corpus originariamente impetrado torna prejudicado o presente writ.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 284.899/ES, Rel. Ministro **Gurgel de Faria**, 5ª T., DJe 11/12/2014)

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **julgo prejudicado** este habeas corpus, pela perda do seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**